

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA PAN FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS Para o 2º Semestre e o Exercício Findo em 31 de Dezembro 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19) Saldos e transações com partes relacionadas: As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo Máximo	31/12/2025	31/12/2025
		Ativo	Receitas
		(Passivo)	(Despesas)
Disponibilidades		162.184	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	162.184	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez		221.320	46.677
Banco PAN S.A. (a)	28/12/2026	221.320	46.677
Outros ativos		3.652	-
Too Seguros	Sem prazo	2.956	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	696	-
Depósitos interfinanceiros		(3.434.470)	(124.420)
Banco PAN S.A. (b)	22/09/2026	(3.434.470)	(124.420)
Valores a pagar		(136.013)	-
Too Seguros	Sem prazo	(4.494)	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	(131.519)	-
Receita de prestação de serviços		-	29.174
Too Seguros (c)	Sem prazo	-	29.174

(a) Referem-se às aplicações com taxas equivalentes às do CDI; (b) Referem-se às captações por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI; e (c) Refere-se a comissão paga a PAN Financeira pela intermediação de seguros. 20) Instrumentos financeiros: • **Gestão de riscos:** A PAN Financeira é uma subsidiária integral do Grupo BTG Pactual e possui exposição em ativos e passivos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação. A Administração é responsável por estabelecer uma política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações. • **Gestão do capital:** A PAN Financeira considera a gestão de capital como um dos pilares estratégicos que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da PAN Financeira e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo Órgão regulador. A estrutura de gerenciamento de capital do Grupo PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos. **Limite operacional - Acordo da Basileia:** A partir da data-base 30/06/2021, o Banco BTG Pactual passou a exercer, de forma individual, o controle do Banco PAN e, consequentemente,

passou a fazer parte do grupo de empresas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro do BTG Pactual, o qual reporta de maneira consolidada, ao BACEN, os indicadores de Capital. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos e de capital podem ser consultados no site www.btgpactual.com.br/ri na seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Risco. • **Risco de crédito:** Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela PAN Financeira.

• **Risco de mercado:** Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas e descasamentos de prazos entre os ativos e passivos da Instituição. As operações da PAN Financeira estão expostas unicamente às variações das taxas de juros, cujos riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas. • **Risco de liquidez:** Refere-se à possibilidade de a PAN Financeira não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade da PAN Financeira não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados. São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

• **Risco operacional:** Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela PAN Financeira, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela PAN Financeira. 21) Imposto de renda e contribuição social: a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	471.515
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	(188.607)
Efeito no cálculo dos tributos:	
Outros valores	298
Resultado de Imposto de renda e contribuição social	(188.309)

1. As alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para PAN Financeira à alíquota de 15%.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em		Saldo em
	01/01/2025	Constituição	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	87.249	-
Provisão para contingências cíveis	305	719	(837)
Provisão para contingências trabalhistas	63	93	(97)
Provisão para contingências tributárias	13.442	2.539	(2.253)
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	90	-	(9)
Ajuste de marcação a mercado de instrumentos financeiros	79	34	(116)
Outras provisões	471	1.051	(1.103)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	14.460	91.685	(4.415)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	4.389	115.838	(82.795)
Total dos créditos tributários	18.849	207.523	(87.210)
Obrigações fiscais diferidas	-	(4)	-
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	18.849	207.519	(87.210)

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social: A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31 de dezembro de 2025, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias forem revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito, forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	
2026	51.745	37.428	-	-	89.173
2027	41.834	-	-	-	41.834
2028	1.281	-	-	-	1.281
De 2029 a 2033	6.870	-	-	-	6.870
Total	101.730	37.428	-	-	139.158

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando-se a taxa média de captação, totalizava R\$ 25.569. 22) Outras informações: Em 31 de dezembro de 2025, a PAN Financeira não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos. 23) Resultado corrente e não recorrente: Não ocorreram eventos que gerassem resultado não recorrentes na data-base de 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 20 de março de 2026

DIRETORIA

Andre Luiz Calabro

Alex Sander Moreira Golçalves

CONTADOR

Tiago Rachid Cambria - CRC 1SP266263/0-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da PAN Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditores de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ênfase - Informações comparativas:** Chamamos a atenção para a Nota 2(vii) às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da

Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2026

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/0-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/0-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 25/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/25/PAN1588319825032026.pdf>

Hash: 1774386001a96b271a83a54175831d4b527a181818